

Posição dos Estados pode afetar ALCA

Marcelo de Paiva Abreu*

Durante um ano e meio a representação diplomática dos Estados Unidos no Brasil esteve sob a responsabilidade de encarregados de negócios. Há os que viram nesta situação um flagrante descaso da administração Clinton em relação ao Brasil. Outros detectaram apenas a velha propensão do governo norte-americano de “teach a lesson”, de “enquadrar”, países menos propensos a acompanhar automaticamente as políticas propostas pelos EUA ou a atender às suas demandas bilaterais. Certamente a falta de um contrapeso aos EUA, em um mundo agora unipolar, tende a tornar caricatural a ênfase pedagógica que tradicionalmente marcou a política externa norte-americana. Antes que a questão das sobretaxas sobre o aço brasileiro sofresse reviravolta, pelo menos temporária, o governo norte-americano não teve qualquer pudor em sugerir que o que alegava ser o mau comportamento brasileiro em Seattle era justificativa suficiente para que não houvesse simpatia em acolher os pleitos brasileiros relativos a aço. Por outro lado, há os que preferem sublinhar a importância da volta à normalidade implícita em, afinal, ter-se de novo em Brasília um embaixador norte-americano. Algo fundamental para que se consolidem relações corretas, e até mesmo amistosas, do Brasil com a maior potência mundial.

O novo embaixador dos EUA no Brasil, Anthony S. Harrington, em artigo recente em “O Estado de São Paulo”, tratou das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos em tom que mesclava otimismo panglossiano com certa condescendência neo-romana. A essência do artigo é quase que anódina: registra queixas quanto à ênfase dada pela imprensa brasileira aos obstáculos enfrentados pelas exportações do Brasil para o mercado dos EUA. Os argumentos principais são que a tarifa dos EUA é muito menor do que a do Brasil e que a prova do liberalismo norte-americano é a geração de sucessivos e maciços déficits comerciais. Os dois argumentos são parte de uma cortina de fumaça: são verdadeiros, mas isto não torna menos escabrosa a proteção gerada pela política comercial dos EUA, por meio de tarifas, direitos compensatórios, quotas e outros instrumentos, no caso de produtos “sensíveis”, tais como diversos tipos de aço, suco de laranja, produtos têxteis ou açúcar, para citar uns poucos. Esta realidade combina mal com as loas do embaixador ao livre comércio.

À apologia do livre comércio segue-se a conclusão não controversa que disputas comerciais requerem negociação e que negociar é em princípio positivo. E aí o artigo repentinamente ganha substância: por que o Brasil “não cerra fileiras com os Estados Unidos e nossos parceiros hemisféricos para impulsionar a ALCA”, já que o ritmo das negociações da OMC foi desacelerado depois de Seattle? De passagem, mencionam-se as preocupações partilhadas pelo Brasil e os EUA sobre o protecionismo agrícola da União Européia e do Japão. Mas em momento algum menciona-se a causa mais importante do colapso da reunião ministerial da OMC em Seattle que foi a surpreendente decisão norte-americana – enfatizada em discurso do Presidente Clinton – de que os EUA não abririam mão da

inclusão da negociação de harmonização de normas trabalhistas na Rodada do Milênio. O impacto desfavorável desta declaração sobre as delegações de muitos países em desenvolvimento sepultou o lançamento de uma nova rodada e pode ter causado danos irreversíveis à OMC. Teve também o demérito de esvaziar as críticas mais do que justas à posição ultraprotetcionista de coreanos, europeus e japoneses quanto à agricultura.

Como é possível, neste quadro, ser otimista em relação às negociações da ALCA? O envolvimento brasileiro nas negociações comerciais hemisféricas sempre foi marcado pela reserva, manifestada explicitamente desde a Iniciativa Bush e nos entendimentos que precederam a atabalhoada cúpula de 1994, em Miami. A racionalidade desta posição é bastante clara: tendo comércio geograficamente diversificado, ao contrário da maioria dos demais países latino-americanos envolvidos nas negociações, o Brasil naturalmente dá prioridade a negociações multilaterais. Além disto, sempre pareceu ao governo brasileiro que os rompantes de entusiasmo pela ALCA na administração Clinton não eram politicamente respaldados pelo Congresso norte-americano como bem evidenciado pelos reiterados fracassos na obtenção de mandato negociador. A maioria dos demais países envolvidos manifestou interesse pela ALCA significativamente maior do que o demonstrado pelo Brasil seja porque têm comércio concentrado nos EUA, ou no hemisfério, seja porque estavam em busca do possível “selo de qualidade” decorrente do acordo preferencial com os EUA. Estes entusiasmos, entretanto, precedem Seattle e, em particular, as exigências mínimas explicitadas pelo Presidente Clinton.

Se o progresso rápido nas negociações da ALCA já era duvidoso antes de Seattle, parece agora ainda mais duvidoso. Se os EUA mostraram-se dispostos a tirar o coelho da cartola em um ambiente, como a OMC, em que seu poder de barganha é seguramente menor do que em uma negociação no âmbito da ALCA, o que assegurará que o mesmo não ocorra nas negociações da ALCA? A incitação do embaixador para que o Brasil “cerre fileiras” em relação às negociações da ALCA como estratégia que melhor atende os interesses nacionais parece irrefletida e bem pouco realista.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.